



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Relatório INSP-2020-0053

BI-2019-0257

1 – Dados gerais

1.1 - Inspeção

Data: 11/12/2019

Hora: 14:20

Tipo: Ação Direta

Motivo da inspeção: Rotina

Inspetor responsável: João PRFB. Silva

Outros inspetores da IRA: Paulo M. Pires; António MR. Moutinho

Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foram contactados o Sr. Luis Filipe Farias Frisado (responsável da instalação das Murtas) e o Sr. Álvaro Almeida da Ponte Rodrigues (gerente).

A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.

1.2 – Empresa/entidade inspecionada

Firma/nome: Serralharia do Outeiro, Lda

NIPC/NIF: 512043825

Sede/morada: Rua do Outeiro n.º 68

Código Postal: 9500-379

Freguesia: Arrifes

Concelho: Ponta Delgada

Ilha: Ilha de São Miguel

1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

Nome: Instalações da Canada das Murtas

Endereço: Canada das Murtas

Código Postal: 9600-047

Freguesia: Pico da Pedra

Concelho: Ribeira Grande

Ilha: Ilha de São Miguel

Atividade principal: 25110 - Fabricação de estruturas de construções metálicas

Outras atividades: 38311 - Desmantelamento de veículos automóveis, em fim de vida
38313 - Desmantelamento de outros equipamentos e bens, em fim de vida
38321 - Valorização de resíduos metálicos
38322 - Valorização de resíduos não metálicos
45320 - Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

46740 - Comércio por grosso de ferragens, ferramentas manuais e artigos para canalizações e aquecimento

47790 - Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados

Período de funcionamento: 8:00 às 12:00 e 13:00 às 17:00.

Licenciamento da atividade: OGR 3/DRA/2016



Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A instalação abrange um total de área coberta de 1.100 m² e é composta por uma área de 500 m² destinada à receção e armazenamento de resíduos metálicos (ferrosos e não ferrosos) e por uma área de 600 m², onde se processa o desmantelamento de REEE e a triagem e tratamento de papel/cartão.

É constituída por um total de 5 armazéns fechados que incorporam no seu espaço toda a atividade de gestão de resíduos, assim como a armazenagem de outros materiais e equipamentos. Possui ainda instalações sanitárias, balneários e vestiários masculinos e femininos.

Toda a atividade de armazenagem e tratamento de resíduos ocorre em zona impermeabilizada e coberta.

Os equipamentos afetos à atividade são os seguintes:

- 1 báscula
- 1 balança
- 1 bobcat
- 1 enfardadeira com grua
- 1 enfardadeira
- 1 compactadora de papel
- 1 compressor e reservatório de ar comprimido
- 4 viaturas pesadas
- 1 viatura sistema Ampliroll
- 20 contentores (sistemas multibene)

3 – Água de consumo

3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública ☒ Captação própria em DPH ☐ Captação própria em RH particulares

3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.	Art.º 60.º Lei 58/2005	Cumprido	Alvará n.º CA/SUB/2017/11 Furo das Murtas
b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.	n.º 1 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.	n.º 4 art.º 62.º Lei 58/2005	Não aplicável	
d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Cumprido	
e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não cumprido	Não enviou os dados do autocontrolo da captação de águas subterrâneas à entidade licenciadora.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
f) Outras condições impostas pela licença ou autorização	TURH	Não cumprido	<ul style="list-style-type: none">O caudal máximo autorizado a captar é de 5 m³/dia, no entanto a média dos valores registados é de 18,3 m³/dia;O volume mensal máximo autorizado a captar é de 120 m³/mês, no entanto a média dos valores registados ultrapassa os 540 m³/mês. Dos 23 meses registados, em 19 foi ultrapassado o valor máximo;

4 – Águas residuais

4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

Tipologia de águas residuais	Origem	Sistema de tratamento	Meio recetor
<input checked="" type="checkbox"/> Urbanas	Instalações sanitárias e áreas sociais.		Solo
<input type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A			
<input checked="" type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais	<ul style="list-style-type: none">Águas oleosas da gestão de VFVÁguas do processo de lavagem na gestão de resíduos de plásticos agrícolas	<ul style="list-style-type: none">Separador de hidrocarbonetosETARI	Solo

Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

☒ Não produz lamas de depuração

☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:

- ☐ Operador de gestão de resíduos;
- ☐ Valorização agrícola;
- ☐ Outro;

4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais e lamas de depuração

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.	Art.º 14.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.	n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005	Não cumprido	Não tem licença de descarga de águas residuais no meio natural.
c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.	n.º 1, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.	n.º 2, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição.	n.º 6, art.º 5.º DL 226-A/2007	Não aplicável	
f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.	TURH	Não aplicável	
g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.	Art.º 43.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.	Art.º 48.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	
i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.	Art.º 53.º DLR 18/2009/A	Não aplicável	

5 – Resíduos

5.1 – Resíduos recebidos/geridos

5.1.1 – Admissão e registo de resíduos

O Parque de Gestão de Resíduos recebe resíduos provenientes de duas fontes:

- Recolha efetuada com meios próprios, dispondo de viaturas equipadas com gruas que permitem movimentar os resíduos;
- Receção no Parque de Gestão de Resíduos. Nesta situação a administrativa deverá proceder à identificação, quantificação e registo do resíduo.

5.1.2 – Tipologias de resíduos recebidos no estabelecimento (Fonte: SRIR 2019)

Tipologia de resíduos recebidos	Quantidade	Operações	Obs.
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos	686,971 t	R13	---
<input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos	2135,345 t	R13	
<input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares	---	---	---
<input checked="" type="checkbox"/> Resíduos urbanos	4136,821 t	R13 e R5	---

5.1.3 – Principais origens dos resíduos (Fonte: SRIR 2019)

Nome	Obs.
Serralharia do Outeiro	1594,485 t (22,912 % do total de resíduos que entraram na instalação)
Anticlone – Instalações Técnicas Lda	613,22 t (8,812% do total de resíduos que entraram na instalação)



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Nome	Obs.
Ecoparque III (Nordeste) - MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A.	383,505 t (5,511% do total de resíduos que entraram na instalação)
Armazém S. Miguel	175,557 t (2,523% do total de resíduos que entraram na instalação)
Eduardo de Faria & Filho, Lda	171,461 t (2,464% do total de resíduos que entraram na instalação)
Teixeira Duarte, Engenharia e Construções, S.A.	152,040 t (2,185% do total de resíduos que entraram na instalação)
Marques Britas, SA	112,229 t (1,613% do total de resíduos que entraram na instalação)
Ana Paula Pimentel Caetano Melo	107,329 t (1,542% do total de resíduos que entraram na instalação)
Cofaco Açores SA	98,380 t (1,414% do total de resíduos que entraram na instalação)
Cooperativa Agrícola Bom Pastor, C.R.L	97,225 t (1,397% do total de resíduos que entraram na instalação)
UNILEITE, União das Cooperativas Agrícolas de Lacticínios e de Produtores de Leite da Ilha de São Miguel, UCRL	93,180 t (1,339% do total de resíduos que entraram na instalação)
Nova Gráfica de Amaral, Rodrigues & Resendes, Lda	73,295 t (1,053% do total de resíduos que entraram na instalação)

5.1.4 – Principais resíduos resultantes da atividade (Fonte: SRIR 2019)

LER	Designação	Quantidade	Destino
19 12 02	metais ferrosos	2761,508 t	<ul style="list-style-type: none">R.V.O. RECICLAGEM VALORIZAÇÃO OUTEIRENSE, LDASUCATAS DE RAMIL, S.A
20 01 39	plásticos	680,400 t	<ul style="list-style-type: none">Serralharia do Outeiro, Lda – ArrifesSerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2SIRPLASTE-SOC. IND. DE RECUPERADOS DE PLÁSTICOS SA
19 12 04	plástico e borracha	522,630 t	<ul style="list-style-type: none">PLASLIBEL, RECICLAGEM DE PLÁSTICOS LDATERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha Terceira, EEM
16 01 06	veículos em fim de vida que não contenham líquidos nem outros componentes perigosos	380,689 t	<ul style="list-style-type: none">Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2SUCATAS DE RAMIL, S.A



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

LER	Designação	Quantidade	Destino
19 12 03	metais não ferrosos	251,394 t	<ul style="list-style-type: none">R.V.O. RECICLAGEM VALORIZAÇÃO OUTEIRENSE, LDASUCATAS DE RAMIL, S.A
16 01 04	veículos em fim de vida	183,810 t	Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
20 01 01	papel e cartão	182,180 t	<ul style="list-style-type: none">JUDITE MARIA JESUS DIAS, LDASerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
02 01 04	resíduos de plásticos (excluindo embalagens)	128,670 t	Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
16 06 01	acumuladores de chumbo	108,958 t	<ul style="list-style-type: none">R.V.O. RECICLAGEM VALORIZAÇÃO OUTEIRENSE, LDASerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
16 02 16	componentes retirados de equipamento fora de uso não abrangidos em 16 02 15	90,635 t	R.V.O. RECICLAGEM VALORIZAÇÃO OUTEIRENSE, LDA
20 01 36	equipamento elétrico e eletrónico fora de uso, não abrangido em 20 01 21, 20 01 23 ou 20 01 35	89,522 t	<ul style="list-style-type: none">MUSAMI - Operações Municipais do Ambiente, E.I.M., S.A. (Ecoparque I e II)R.V.O. RECICLAGEM VALORIZAÇÃO OUTEIRENSE, LDASerralharia do Outeiro, Lda – ArrifesSerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2
20 01 40	metais	70,770 t	<ul style="list-style-type: none">Serralharia do Outeiro, Lda – ArrifesSerralharia do Outeiro, Lda - Murtas2

5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

5.2.1 - Relativamente à produção e gestão dos resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras	n.º 5, art.º 11.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor	Art.º 12.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
c) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos	Art.º 33.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
d) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos	Art.º 40.º a 44.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
e) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares	Art.º 45.º a 47.º DLR 29/2011/A	Não aplicável	
f) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição	Art.º 48.º a 53.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
g) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.	Art.º 59.º e 60.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
h) Inscrição do estabelecimento no SRIR	Art.º 161.º DLR 29/2011/A	Cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
i) Submissão e preenchimento dos mapas de registo no SRIR	Art.º 167.º e 168.º DLR 29/2011/A	Cumprido	
j) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados	Art.º 24.º a 26.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
k) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados	Art.º 28.º a 35.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
l) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida	Art.º 38.º a 43.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
m) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE)	DL 67/2014	Cumprido	
n) Cumprimento das normas de armazenagem e tratamento de pilhas e acumuladores	Art. 51.º DLR 24/2012/A	Cumprido	
o) Cumprimento das normas de gestão de óleos alimentares usados	Art.º 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A	Não aplicável	
p) Cumprimento das normas relativas a movimento transfronteiriço de resíduos	Art.º 54.º e 53.º do DLR 29/2011/A e Reg. (CE) n.º 1013/2006	Não aplicável	

5.2.2 – Relativamente aos requisitos técnicos mínimos das instalações de operação de gestão de resíduos e às condições impostas na licença para a realização de operações de gestão de resíduos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Devem existir estruturas e dispositivos que impeçam o livre acesso à instalação, nomeadamente vedação e portão de entrada controlado, o qual se deve manter fechado fora das horas de funcionamento;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
b) Deve ser disponibilizado um painel, afixado à entrada em lugar bem visível do exterior, onde consta, nomeadamente, a designação do operador e da instalação, os dias e horário de funcionamento da instalação e os contactos dos responsáveis pela instalação;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido parcialmente	O painel é demasiado pequeno/pouco perceptível.
c) Devem ser previstas áreas de estacionamento e circuitos de movimentação específicos para as viaturas afetas às operações de gestão de resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
d) As áreas de armazenagem de matérias-primas, de produtos acabados e dos resíduos gerados internamente no desenvolvimento das operações devem ser devidamente delimitadas e identificadas;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
e) Todas as áreas de gestão devem estar delimitadas e identificadas por tipologia ou fluxo de resíduos e por tipologia de operação, incluindo áreas exteriores;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido parcialmente	Na área de gestão dos resíduos de plásticos não existe identificação.
f) A descarga de águas residuais deve estar devidamente licenciada e a instalação deve ter disponível uma cópia do alvará;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Não cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
g) Devem ser fixados procedimentos de controlo de resíduos, nomeadamente quanto ao processo de admissão de resíduos, registo do acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos e de carregamento do Sistema Regional de Informação sobre Resíduos, devendo estar disponível um sistema de pesagem, para quantificar e registar os resíduos admitidos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	A entidade dispõe de um documento de procedimento de trabalho, preenche guias de transporte (e-GAR) e está inscrita no SRIR com carregamento de informação atualizado. Dispõe de sistema de pesagem e programa informático para registo das operações.
h) Deve ser mantido um registo cronológico da quantidade, natureza e origem dos resíduos e do destino, frequência da recolha, modo de transporte e método de tratamento previsto no que diz respeito aos resíduos perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
i) Durante a recolha, transporte e armazenamento temporário, os resíduos perigosos são embalados e rotulados de acordo com as normas nacionais, comunitárias e internacionais em vigor aplicáveis às substâncias em presença;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Não verificado	
j) O armazenamento dos resíduos deve ser efetuado de forma a não provocar danos para o ambiente nem para a saúde humana, prever o risco de incêndio ou explosão e respeitar todas as regras de segurança;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
k) Os resíduos perigosos devem ser armazenados em local coberto, vedado, de acesso restrito e com superfície impermeável, devendo ser armazenados separadamente dos resíduos não perigosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
l) Os resíduos líquidos devem ser armazenados em sistemas de contentorização adequados, selecionados de acordo com as características do resíduo. No caso dos resíduos perigosos líquidos, a sua armazenagem deve ser realizada em contentores estanques de parede dupla ou em contentores com bacia de retenção;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
m) O Transporte rodoviário de resíduos deve cumprir com as regras estabelecidas nos artigos 59.º e 60.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, e deve ser acompanhado por guia devidamente preenchida;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
n) Os resíduos só podem ser enviados para empresas devidamente licenciadas para operações de gestão desses resíduos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
o) Na gestão de REEE deve ser dado cumprimento ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, nomeadamente as regras e os requisitos técnicos para a recolha, transporte e tratamento de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
p) Deve ser dado cumprimento ao estabelecido na Lei n.º 54/2012, de 6 de setembro, que define os meios de prevenção e combate ao furto e de recetação de metais não preciosos;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Não verificado	
q) Na gestão de VFV deve ser dado cumprimento ao estipulado no Decreto Legislativo Regional n.º 24/2012/A, de 1 de junho;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
r) As operações de desmantelamento e armazenagem de VFV devem ser efetuadas de forma a garantir a reutilização e valorização dos seus componentes, devendo os materiais e componentes perigosos ser removidos, selecionados e separados de forma a não contaminar os resíduos de fragmentação;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
s) Devem ser adotados procedimentos de controlo dos documentos dos VFV rececionados e de registo da data da sua receção, dos seus dados e dos dados do último proprietário/detentor, bem como das quantidades de componentes e materiais retirados e encaminhados, e do respetivo destinatário;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	Possui software próprio.
t) A área destinada à despoluição e desmantelamento de VFV deve ser coberta, de forma a proporcionar proteção suficiente contra a chuva e contra o vento, com superfície impermeável e dotada de sistema de recolha e tratamento de águas;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
u) A zona de armazenagem de componentes e materiais retirados deverá estar devidamente coberta, de forma a proporcionar proteção suficiente contra a chuva e contra o vento, dotada de superfície impermeável e deverá estar equipada com recipientes adequados e devidamente identificados para o armazenamento separado de acumuladores, filtros, condensadores contendo PCB, fluidos e de componentes destinados a reutilização;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
v) A instalação deve estar dotada de equipamento de combate a incêndios. Todos os extintores existentes devem estar validados e estão instalados em locais facilmente acessíveis e dotados da devida sinalética;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Não verificado	
w) A instalação deve estar dotada de equipamento de contenção de derrames adequado às características físico-químicas do resíduo;	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Cumprido	
x) Todos os técnicos intervenientes estão devidamente formados e sensibilizados para a execução das suas tarefas em condições de segurança.	Art.º 36.º DLR 29/2011/A Alvará OGR n.º 3/DRA/2016	Não verificado	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

6 – Substâncias perigosas

6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

Papel na cadeia de abastecimento ^{a)}	Substâncias
DU - Utilizador final	Liberfloc PA 97; Policloreto de alumínio.

^{a)} DU – Utilizador a jusante.

6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).	Art. 5.º REACH	Não aplicável	
b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.	Art. 14.º REACH	Não aplicável	
c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.	Art. 17.º Reg. CE 1272/2008	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.	Art. 36.º REACH	Não aplicável	
d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.	Art. 8º DL 293/2009	Cumprido	
e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.	n.º 9, art. 31.º REACH	Não aplicável	
f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.	n.º 4 art. 37.º REACH	Não aplicável	
g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida.	n.º 5 art. 37.º REACH	Não aplicável	

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.

7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

Fonte poluente	Tipo	Setor	Medidas de mitigação / tratamento
---	---	---	---



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.	Art. 44.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.	Art. 45.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.	Art. 53.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.	Art. 54.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.	Art. 57.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.	Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.	Art. 60.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	
h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização.	Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A	Não aplicável	

7.2 – Utilização de gases fluorados

7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:

TECO ₂ *	Número de equipamentos	Tipos de gases fluorados
TECO ₂ < 5	---	---
5 ≤ TECO ₂ < 50	---	---
50 ≤ TECO ₂ < 500	---	---
TECO ₂ ≥ 500	---	---

* TECO₂ – toneladas equivalente de CO₂

7.2.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.	art. 4.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO ₂	art. 5.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável).	Art. 13.º, DL 145/2017	Não aplicável	
d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.	Art. 18.º, DL 145/2017	Não aplicável	
e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	Art. 6.º Reg. CE 517/2014	Não aplicável	
f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.	Art. 5.º DL 145/2017	Não aplicável	
g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.	Art. 19.º e 20.º 145/2017	Não aplicável	

7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

Descrição da atividade	Enquadramento da atividade ^{a)}	Limiar (t/ano) ^{a)}	Consumo de solventes (t/ano)
---	---	---	---

^{a)} Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

7.3.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.	n.º 1 art. 96.º DL 127/2013	Não aplicável	
b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas.	Art. 97.º DL 127/2013	Não aplicável	
c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.	Art. 99.º DL 127/2013	Não aplicável	
d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.	Art. 100.º DL 127/2013	Não aplicável	

7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Carga de gás (kg)	Número de equipamentos	Tipos de gases
Carga < 3	---	---
3 ≤ Carga < 30	---	---
30 ≤ Carga < 300	---	---
Carga ≥ 300	---	---

7.4.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.	n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados.	n.º 2, art. 3.º DL 152/2005	Não aplicável	
c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.	n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009	Não aplicável	
d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.	Art. 4.º DL 85/2014	Não aplicável	

8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

8.1 – Enquadramento do estabelecimento

Tipo de exposição humana na envolvente	Classificação da zona envolvente	Período de funcionamento do estabelecimento
Sem recetores sensíveis	Não classificada	Período diurno - 7h às 21h

8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.	n.º 1 e 7 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação.	n.º 1 e 8 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.	n.º 1 art.º 25.º DLR 23/2010/A	Não aplicável	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

9 – Regimes específicos

9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Submissão do RAA no prazo definido		Não aplicável	
b) Submissão do PRTR no prazo definido	Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacte ambiental		Não aplicável	
d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)	Art.º 96.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	
e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa)	n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A	Não aplicável	

9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2012/A, de 17 de novembro:

- Recolha, transformação e tratamento de subprodutos e resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Boas práticas	Art. 5.º DLR 31/2012/A	Cumprido	
b) Planos de controlo integrado de roedores	Art. 5.º DLR 31/2010/A	Não verificado	

9.3 – Doença do legionário

9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água:		
i) Torres de arrefecimento	Não	
ii) Condensadores evaporativos	Não	
iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial	Não	
iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração	Não	
v) Humidificadores	Não	
b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.	Não	
c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.	Não	



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

Tipologia de equipamento ou sistema	Identificado no estabelecimento?	Observações
d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.	Não	

9.3.2 – Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS	a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo	a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano	c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco	d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	
e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza	n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018	Não aplicável	

9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

2. Operador de gestão de resíduos

Requisitos:

Requisito	Enq. legal	Verificado	Evidências / Justificação
a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida.	Art. 22.º DL 147/2008	Cumprido	Seguro de responsabilidade ambiental com apólice n.º RC38329196.

10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Não enviou os dados do autocontrolo da captação de águas subterrâneas à entidade licenciadora. A falta de envio dos dados do sistema de autocontrolo de acordo com a periodicidade exigida no respetivo título constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea g) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;
2. O caudal máximo autorizado a captar é de 5 m³/dia, no entanto a média dos valores registados é de 18,3 m³/dia; O volume mensal máximo autorizado a captar é de 120 m³/mês, no entanto a média dos valores



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

registados ultrapassa os 540 m³/mês. Dos 23 meses registados, em 19 foi ultrapassado o valor máximo. Incumprimento das condições impostas no título de utilização de recursos hídricos, em violação do disposto no n.º 1 do artigo 67.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, em conjugação com o n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação atual;

3. Não tem licença de descarga de águas residuais no meio natural. A utilização dos recursos hídricos - rejeição de águas residuais, sem o respetivo título, em violação do disposto na alínea b) do n.º 1 do art.º 60 da Lei 58/2005, de 29 de dezembro, constitui contraordenação ambiental muito grave prevista na alínea a) do nº 3 do art.º 81º do Decreto-Lei 226-A/2007, de 31 de maio, punível nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
4. Incumprimento do Anexo à 1ª adenda ao alvará n.º 3/DRA/2016: Excedeu as quantidades máximas de resíduos autorizadas, nomeadamente nos códigos LER 080119 (máx. 3t, recebidas 4,074t), 100104 (máx. 10t, recebidas 11,897t), 130310 (máx. 1t, recebidas 2,690t), 160107 (máx. 5t, recebidas 25,956t), 160114 (máx. 1t, recebidas 3,686t), 200101 (máx. 150t, recebidas 225,618t), 200136 (máx. 500t, recebidas 814,728t), 200139 (máx. 50t, recebidas 1370,771t), 200140 (máx. 1500t, recebidas 1689,371t). Incumprimento, pelo operador de gestão de resíduos, dos termos e condições constantes do respetivo título, previstos no n.º 4 do artigo 91.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental grave prevista na alínea ii) do n.º 2 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 3 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006 de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

11 – Indicações e medidas adotadas

A entidade deverá:

- Esclarecer a razão de na declaração do SRIR ter dados em que indica a origem do resíduo como “Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2” e o destino a mesma “Serralharia do Outeiro, Lda - Murtas2”;
- Delimitar e identificar todas as áreas de gestão por tipologia de resíduos, uma vez que a área de gestão dos resíduos de plásticos não existe identificação.

Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☒ Levantamento de auto de notícia pela infração descrita no n.º 3 do ponto anterior.
- ☒ Outra: Remeter relatório à DRA para conhecimento.